

Ensaio

Educação física escolar: Notas reflexivas e propositivas a partir da bio/psico/necropolítica¹

School physical education (spe): Reflexive and propositive notes from bio/psycho/necropolitics

Educación física en escuelas (efe): Notas reflexivas y propositivas desde la bío/psico/necropolítica



Alan Camargo Silva

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil
alancamargo10@gmail.com



Leonardo Carmo Santos

Programa de Pós-Graduação em Educação Física (UFRJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil
lleonardosanttos@gmail.com



Leandro Teofilo de Brito

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil
teofilo.leandro@gmail.com

Resumo: O presente texto aproxima o processo de ensino-aprendizagem da cultura corporal de movimento a três pensadores contemporâneos acerca do controle social do corpo: Michel Foucault, Byung-Chul Han e Achille Mbembe. Em especial, este ensaio teve como objetivo apresentar os conceitos de biopolítica, psicopolítica e necropolítica a fim de articulá-los com o campo da Educação Física escolar (EFE) em termos de reflexões e proposições pedagógicas. Por meio de uma revisão narrativa, foi possível identificar as potencialidades da compreensão dos dispositivos de poder que atravessam as distintas dimensões do humano e como a EFE se

¹ O presente trabalho não contou com apoio financeiro de nenhuma natureza para sua realização.

constitui como um espaço privilegiado para o debate acerca da cultura somática na contemporaneidade.

Palavras-chave: Educação. Filosofia. Teoria social. Educação física.

Abstract: This manuscript associates the teaching-learning process with physical culture by three contemporary intellectuals on social control of the body: Michel Foucault, Byung-Chul Han and Achille Mbembe. This essay aims at relating concepts of bio-, psycho- and necropolitics with SPE concerning pedagogical reflections and propositions. From a narrative review, it has been identified the potentialities of comprehending the apparatus of power that cross distinct dimensions of human and how the SPE sets itself as a privileged space to discuss somatic culture in the contemporaneity.

Keywords: Education. Philosophy. Social Theory. Physical Education.

Resumen: Este manuscrito asocia el proceso de enseñanza-aprendizaje de la cultura física con tres intelectuales contemporáneos sobre el control social del cuerpo: Michel Foucault, Byung-Chul Han y Achille Mbembe. El ensayo tuvo como objetivo relacionar conceptos de bio, psico y necropolítica con la EFE en términos de reflexiones y proposiciones pedagógicas. A través de una revisión narrativa, se han identificado las potencialidades de comprensión de los dispositivos de poder que atraviesan distintas dimensiones del ser humano y cómo la EFE se erige como un espacio privilegiado de discusión sobre la cultura somática contemporánea.

Palabras clave: Educación. Filosofía. Teoría social. Educación física.

Submetido em: 2022-01-25

Aceito em: 2023-02-23

Considerações introdutórias

Historicamente, distintos referenciais teórico-metodológicos das Ciências Humanas e Sociais têm orientado o campo acadêmico-profissional da área de Educação Física (DAOLIO, 2020). No contexto da Educação Física escolar (EFE), essa realidade epistemológica se estabeleceu a partir da década de 1980 com base nas teorias críticas e, mais recentemente, a partir das teorias pós-críticas (NEIRA, 2011).

Ancorando-se nas obras de Lopes e Macedo (2011) e Macedo (2017), entende-se aqui que as perspectivas críticas e pós-críticas da Educação que permearam (ou ainda permeiam) a EFE foram fundamentais no sentido de denunciar, descolonizar, reterritorializar, ressignificar e reinventar os saberes e as práticas do “chão da quadra” com a chamada cultura corporal de movimento. Filosofia, Sociologia, Antropologia e História foram alguns dos campos de saber dos quais a EFE se apropriou com o intuito de trazer e legitimar processos didático-pedagógicos menos positivistas, medicalizantes, tecnicistas, biologicistas e euro/norte-centrados (NEIRA, 2019).

Em termos gerais, sabe-se que, inicialmente, o termo “cultura” foi complementado com outras expressões, como “física’, ‘corporal’, ‘de movimento’, ‘motora’, ‘corporal de movimento’” (DAOLIO, 2004, p. 10), a depender dos referenciais teórico-metodológicos adotados pelos(as) autores(as) que, majoritariamente, dialogavam com as diferentes teorias críticas a fim de repensar o biologicismo que marca(va) a área (DAOLIO, 1998). Nos últimos anos, emerge também a articulação da EFE com as teorias pós-críticas que focam na produção discursiva das identidades contemporâneas ou na problemática dos marcadores sociais da diferença, questionando as atuais relações de poder que atravessam esse componente curricular (NEIRA, 2019). Longe de qualquer hierarquização entre teorias críticas e pós-críticas na área, destaca-se aqui, portanto, como as distintas processualidades e apropriações de (re)elaboração da chamada cultura corporal de movimento se desenvolve(u) no âmbito educacional.

Assim, visando tecer reflexões e proposições para a EFE, pode-se destacar especificamente a relevância da perspectiva filosófica acerca do controle social, em especial a extensa obra de Michel Foucault em interface com o campo da Educação (VEIGA-NETO, 2019). Nessa direção, parte-se do pressuposto analítico de Santin (2006) no sentido da necessidade de explorar o corpo no contexto das pedagogias escolares, mais precisamente no componente curricular Educação Física (EF).

Desse modo, neste texto, discute-se o conceito foucaultiano de biopolítica, que se refere a uma política de regulação e governo que, nos séculos XVI e XVIII, pretendia administrar os processos de vida e morte da população (CANDIDO, 2019; FOUCAULT, 2011; SILVA, 2012). Na contemporaneidade, há o reconhecimento de que os sujeitos ainda são afetados por processos biopolíticos de gestão da vida.

No sentido de problematizar e atualizar as discussões sobre o tema, optou-se por avançar no debate com as perspectivas pós-foucaultianas: a psicopolítica do filósofo sul-coreano Byung-Chul Han, que argumenta sobre uma nova sociedade responsável por seduzir os sujeitos por automonitoramentos (HAN, 2017c), e a necropolítica do filósofo camaronês Achille Mbembe, em que se aprofunda a subjugação da vida ao poder da morte (MBEMBE, 2018b).

A seleção dos conceitos de bio, psico e necropolítica se justifica pelo fato de se referirem ao poder com ênfase em distintas dimensões do humano. Isso pode permitir a ampliação do entendimento sobre o corpo na EF. Mauss (2015) lembra a indissociabilidade entre os aspectos biológicos, sociais e psicológicos que constituem o corpo². Além disso, a problematização articulada dos conceitos supracitados, de Michel Foucault, Byung-Chul Han e Achille Mbembe, pode enriquecer sobremaneira a produção de conhecimento e o ofício docente cotidiano na EFE, já que pode visibilizar dispositivos de poder, controle e domínio sobre os corpos na sociedade

² Durkheim (2011) aponta que “fato social” constitui a base da compreensão do pensar, agir e sentir para além do indivíduo. Nesse contexto, Mauss (2015) apropria-se desse conceito durkheimiano e defende o “fato social total”, em que o corpo deve ser tratado em sua complexa totalidade para além de qualquer aspecto meramente utilitarista ou de integração de dimensões do humano.

contemporânea. Acrescenta-se ainda a potência pedagógica de aprofundamento analítico da bio, psico e necropolítica para a EFE, pois essa articulação pode fornecer subsídios teóricos e práticos no processo de tematização da cultura corporal de movimento. Em outras palavras, contribui mais precisamente no processo de escrivência, em que se privilegia um “modo de falar, ser ouvido, redigir outra história, outra versão, outra epistemologia, que valoriza o sujeito comum do dia a dia, sobre o qual não se fala porque a ninguém interessa” (NEIRA, 2020, p. 6-7).

Registra-se que o presente texto se ancorou na perspectiva metodológica da revisão narrativa que não informa efetivamente “as fontes de informação utilizadas, a metodologia para busca das referências, nem os critérios utilizados na avaliação e seleção dos trabalhos” (ROTHER, 2007, p. 5). Diferentemente das clássicas revisões bibliográficas/de literatura que descrevem os detalhes dos procedimentos de seleção/interpretação do *corpus* de análise, a condução da revisão narrativa se estabelece pelo interesse e subjetividade dos autores (ROTHER, 2007). Nessa direção, assume-se aqui a revisão narrativa no sentido de realizar interpretações mais amplas sob uma ótica teórica, com base em dado “estado da arte” (VOSGERAU; ROMANOWSKI, 2014).

Destarte, este ensaio tem como objetivo apresentar os conceitos de biopolítica, psicopolítica e necropolítica a fim de articulá-los com o campo da EFE em termos de reflexões e proposições pedagógicas.

Biopolítica de Michel Foucault (1926-1984)

Michel Foucault foi um filósofo francês nascido em 1926 e falecido em 1984. Foi professor da disciplina História dos Sistemas do Pensamento, no Collège de France, de 1970 até 1984 (ano de sua morte). É um filósofo que pode ser localizado como pertencente aos estudos culturais e à filosofia pós-moderna. Em especial, aproxima-se dos estudos pós-estruturalistas, mas, ao longo de sua

carreira, preferiu ser reconhecido como um crítico da história da modernidade (STRATHERN, 2003).

O conceito de biopolítica foi enunciado pela primeira vez por Michel Foucault em *História da Sexualidade: a vontade de saber*, primeiro volume do livro, em sua fase nomeada como genealógica³, aquela em que expandiu suas análises para além do campo discursivo, focalizando também as relações de poder (VEIGA-NETO, 2019). Para Foucault (2011), a partir de meados do século XVIII, os dispositivos de controle sobre o corpo começaram a não se restringir aos aspectos físico-orgânicos. Tais estratégias buscaram produzir efeitos regulatórios na proliferação da população no tocante ao nascimento, duração da vida, longevidade, entre outras instâncias que constituíam a vida do sujeito moderno: “tais processos são assumidos mediante toda uma série de intervenções e controles reguladores: uma biopolítica da população” (FOUCAULT, 2011, p. 152).

Na referida obra, que abordou o dispositivo histórico da sexualidade, o filósofo destacou o domínio do corpo feminino, a produção de verdades sobre o sexo das crianças e o ajustamento dos modos de reprodução como dispositivos biopolíticos fundamentais nesse contexto de controle da população. Isso legitimou essa teorização como uma importante fundamentação para os estudos de gênero e sexualidade no campo das Ciências Humanas e Sociais. Foucault (2011) problematizou a constituição histórica da sexualidade ocorrida entre os séculos XVI e XVIII, focalizando os poderes disciplinares estatais que atuaram sobre o corpo e a sexualidade no tocante à regulação da vida. Nesse caso, argumenta o filósofo, instaura-se uma espécie de poder que investe verticalmente na vida e não mais no processo de matar (FOUCAULT, 2011).

Candido (2019) destaca que o significado do termo biopolítica na perspectiva foucaultiana busca tornar visível a contingente

3 O pensamento de Michel Foucault pode ser dividido resumidamente em três deslocamentos relacionais: a) arqueologia: postura analítica sobre os estratos de saber e as práticas discursivas que os legitimam como ciência-verdade. Rompe-se com a ideia de que a ciência evolui de forma progressiva ao longo do tempo; b) genealogia: marcada pela preocupação em analisar o sujeito moderno e as novas formas de governar. Recusa a essência e a origem (única) das coisas; c) fase ética: foco nas práticas de si como processo de subjetivação e interesse pelas relações de verdades. Assim, a fase genealógica, privilegiada aqui, se refere à singularidade dos acontecimentos para além de toda finalidade. Isto é, neste texto, mune-se da questão do poder e de sua relevância na constituição dos saberes.

e precária diferença entre vida e política, pois são instâncias que se produzem ou se relacionam mutuamente. De acordo com este autor, a fronteira entre vida e política é inexistente para Michel Foucault, pois a vida da população se torna produzida pelas relações saber-poder em seus processos de regulação e governo. Nesse sentido, o filósofo francês não pensa a biopolítica como uma política positiva, propositiva e normativa que deveria colocar limites aos poderes sobre a vida, mas em formas de resistência aos poderes que pretendem controlá-la.

Cabe destacar que o uso do conceito de biopolítica em Michel Foucault é eventualmente impreciso e confunde-se com o de biopoder (CANDIDO, 2019). Por isso, avançamos em uma diferenciação possível entre os termos: o biopoder se refere às micropolíticas que se voltam à regulação e ao controle sobre os variados fenômenos vitais com focalização nos corpos dos sujeitos, o que se diferencia da biopolítica, que é significada de maneira mais ampla, em especial, sobre a vida da população.

Mas um poder que tem a tarefa de se encarregar da vida terá a necessidade de mecanismos contínuos, reguladores e corretivos. Já não se trata de pôr a morte em ação no campo da soberania, mas de distribuir os vivos em um domínio de valor e utilidade. Um poder dessa natureza tem de qualificar, medir, avaliar, hierarquizar mais do que se manifestar em seu fausto mortífero; não tem que traçar a linha que separa os súditos obedientes dos inimigos do soberano, opera distribuições em torno da norma. (FOUCAULT, 2011, p. 157).

No campo da EF, a título ilustrativo, o pesquisador Marcelo Moraes e Silva (Universidade Federal do Paraná) desenvolveu importantes reflexões, por meio do conceito de biopolítica, para pensar questões da área, mais especificamente sobre as questões de gênero na EFE. Silva (2012) problematiza os processos históricos

de escolarização que, à luz dos conceitos de biopolítica e biopoder, instituíram lugares fixos para meninos e meninas na EFE por uma lógica regulatória e biologizante. Nas palavras do autor:

Assim, a escola passou não só a disciplinar o corpo individual, como também a regular o corpo-espécie. Nesse processo, o saber científico, sobretudo o oriundo dos conhecimentos médicos e biológicos – tão importantes para a construção dos modelos masculinos, femininos e da matriz hetero –, torna-se fundamental, visto que foi nesse período histórico que ocorreu um amplo esforço para normatizar, ordenar e classificar todas as ações e saberes. (SILVA, 2012, p. 350).

Exemplarmente, o autor aborda a importância do desenvolvimento dos estudos de gênero no campo da EF, pois mobilizam novos elementos para o debate e possibilitam repensar os caminhos pedagógicos da EFE. Isso se justifica pelo fato de Silva (2012) pensar as relações entre meninos e meninas para além da heterossexualidade ao mostrar que novas formas de existência podem ser produzidas nos contextos escolares.

Em termos gerais, destaca-se que crescem as discussões sobre o corpo pela via foucaultiana com o avanço das chamadas “humanidades” na EFE. Barbosa e Oliveira (2016) não somente problematizam a obra de Michel Foucault na área, como também oferecem um panorama dos usos de tal filósofo na produção acadêmica da EFE, colocando em xeque seus saberes e práticas a partir da crítica genealógica. Dessa maneira, cabe questionar os regimes de verdade que constituem esse componente curricular.

Portanto, a perspectiva foucaultiana da biopolítica sugere uma forma analítica potente de interpretação para os processos regulatórios de vida e morte da população que, historicamente, foram administrados pelos dispositivos de saber-poder. Desse modo, a pesquisa e a atuação profissional em EF podem fazer

uso desse conceito de maneira produtiva e prática para pensar questões importantes no espaço da escola, tais como as questões identitárias, que são centrais no tocante ao reconhecimento das diferenças nas aulas.

Psicopolítica de Byung-Chul Han (1959-)

Byung-Chul Han, filósofo sul-coreano, possui inúmeras obras publicadas já traduzidas para língua portuguesa, tais como *Sociedade do Cansaço* (HAN, 2017c), *Agonia do Eros* (HAN, 2017a), *Sociedade da Transparência* (HAN, 2017b), *No exame: perspectivas do digital* (HAN, 2018a), *Psicopolítica: o neoliberalismo e as novas formas de poder* (HAN, 2018b) e *O que é poder?* (HAN, 2019). A produção teórica de Byung-Chul Han inspira-se primordialmente na fenomenologia e no existencialismo do filósofo alemão Martin Heidegger, que, em termos gerais, caracteriza-se pela preocupação com a experiência humana cotidiana, a constituição da consciência do ser com/no mundo (HEIDEGGER, 2005).

Byung-Chul Han posiciona-se em um contexto macroestrutural caracterizado por um mundo individualista, hedonista e consumista. Nesse sentido, para Han (2017c), privilegia-se o regime do eu que dificulta a compreensão do Outro. Assim, criam-se imperativos de coerções ético-morais responsáveis por gerar processos de subjetivação em que o sujeito incorpora, sutil e paradoxalmente, uma forma liberta de viver. Han (2019) aponta que o poder, quanto mais forte, silencioso e obscuro, mais usa o Outro a seu favor em prol de uma pseudo-liberdade para adotar várias estratégias de vida.

Nesse processo analítico, Han (2018b) traz a ideia de psicopolítica, que se configura por uma sociedade não mais marcada por proibições e coerções explícitas ou externas, mas que o controle social está no interior do próprio sujeito. Tal realidade seria fruto do neoliberalismo, responsável por constituir a representação de homem livre e ao mesmo tempo refém de si. Dessa maneira,

incessantemente, o sujeito e a sua psique são tomados por uma imposição interna aparentemente atraente em prol de uma vida longe de negatividades. Logo, não haveria espaço para o mal-estar na vida pós-moderna.

Destarte, a psicopolítica de Han (2018b) não se dirige efetivamente a uma sociedade do controle disciplinar de Foucault (2004), pois o atual neoliberalismo dociliza os sujeitos por meio das “mentes”. Pelo fato de o poder ter se transformado da repressão para a produtividade (HAN, 2019), os sujeitos cada vez mais se expõem a uma “violência neuronal” alimentada por dispositivos que cobram eficiências e desempenhos para determinados resultados em distintos trabalhos (HAN, 2017a).

Por exemplo, tal realidade pode ser vista amplamente em uma sociedade da transparência demarcada por um capitalismo informacional que, a todo custo, impele os sujeitos a buscarem a reafirmação de si por meio do Outro (HAN, 2017b). Tal capitalismo potencializa e provoca as redes de contato pelas tecnologias e mídias digitais em um mundo cada vez mais globalizado e responsável pela auto-observação e observação de múltiplas formas de viver de outras sociedades. Assim, Han (2018a) aponta que cada vez mais há a negação da vida privada em prol da exposição ao público, principalmente pela otimização da própria imagem negociada na era digital.

Nesse contexto, a partir da leitura analítica das obras de Byung-Chul Han, dentre múltiplas possibilidades de interpretação e seleção teórica, foi possível traçar aqui alguns eixos de discussão que podem fazer pensar o controle social do corpo. Ante o exposto, pode-se analisar até que ponto as contribuições de Byung-Chul Han auxiliam no processo de ensino-aprendizagem na EFE.

Primeiramente, destaca-se a exigência de autenticidade que leva os sujeitos a cada vez mais assumirem a perspectiva de serem empreendedores de si. De acordo com Han (2017a), atualmente cria-se um imaginário no sentido de “você pode!” ou “tudo depende de você!” que fatalmente pode culpabilizar o indivíduo, caso

não consiga atingir metas ou desejos de vida. Por consequência, transtornos psicológicos e psiquiátricos são resultados de uma sociedade do desempenho (HAN, 2017a). Tal cenário costuma estimular modos de subjetivação responsáveis por somatizações de ordens da psique em diálogo com as relações do mundo cada vez mais esvaziado de referências (ORTEGA; ZORZANELLI, 2010).

Dessa forma, longe de qualquer divisão cartesiana ou dicotômica, argumenta-se que a EFE não se configura por uma educação apenas da *physis*, mas também da psique. Existem abordagens teórico-metodológicas da área que já denunciaram e anunciaram os fatores sociais, políticos, culturais e econômicos que constituem os sujeitos. Exemplarmente, as teorias críticas incorporadas pelas perspectivas crítico-superadora (SOARES *et al.*, 2012) e crítico-emancipatória (KUNZ, 2004) lutam por experiências e vivências com a cultura corporal de movimento situando os discentes como sujeitos inseridos em dado regime econômico que, por vezes, os limita em suas condições objetivas e materiais de vida⁴.

Logo, defendem-se aqui ações didático-pedagógicas com a cultura corporal de movimento que desculpabilizem ou desresponsabilizem os discentes da sua vida ou do seu futuro como sujeito social. Para além de assumir qualquer compromisso neoliberal com uma vida dita legítima em prol de servir ao mercado de trabalho, a EFE, nas palavras de Neira (2019), pode tematizar saberes e práticas que tragam lógicas das ginásticas, lutas, esportes, danças, jogos e brincadeiras que subvertem as condições macroestruturais e que mitigam a perspectiva individualista que o aluno se torna o único responsável por si.

Em segundo lugar, resgata-se uma espécie de disciplina pautada na exigência do sujeito pós-moderno em busca de uma contínua *performance* na vida social. Han (2017a) sugere que o controle social atual implica uma autogestão legitimada principalmente por uma necessidade de ser multitarefa. Otimização, eficiência, pro-

4 Embora tais abordagens da EFE possam ser reconhecidas como “críticas”, deve-se alertar que assumem diferentes propostas pedagógicas e se fundamentam em referenciais teórico-metodológicos distintos. Enquanto a crítico-superadora pauta-se em uma perspectiva marxista, a crítico-emancipatória inspira-se na Escola de Frankfurt. Para mais esclarecimentos, recomenda-se o texto de Iora e Souza (2015).

dução, competição e desempenho seriam apenas alguns aspectos que caracterizam a vida cotidiana e que, por consequência, são determinantes em gerar transtornos de déficit de atenção e concentração (HAN, 2017a).

Nessa direção, aponta-se o potencial da EFE em questionar e desmistificar a noção de desempenho durante o cotidiano das aulas. A busca de um ser ilimitado que pode se revelar nos elementos da cultura corporal de movimento deve ser problematizada nas aulas. A gana de vitória que geralmente emerge nas práticas corporais realizadas na escola pode ser mediada pelos docentes, dando lugar à ideia da experimentação ou de movimento próprio à convivência com o Outro. Afasta-se a ideia do incansável vendedor de si como alguém performático nas práticas corporais.

Ressalta-se que, no processo de ensino-aprendizagem na EFE, é preciso deixar claro aos discentes que certos desempenhos ao longo das aulas não são uma necessidade. Concorrências e comparações nas vivências corporais podem ser relativizadas ao longo das práticas corporais. A lógica de poder neoliberal que incita o consumo de si em busca de ser alguém focado e com sucesso, no caso, nas práticas corporais, precisa ser ressignificada na “quadra de aula”, mitigando a obsessão por determinados resultados corporais. Afinal, para Han (2018b), no mundo atual, cada vez mais se potencializa a ilusão do psicopoder que incrementa a ideia de meritocracia.

Por fim, questiona-se como a positividade atravessa o mundo atual. De acordo com Han (2017a), o excesso de otimismo com que os sujeitos tentam incessantemente buscar-se (e mostrar-se) pode explicar uma espécie de toxidade para o eu. Em especial os ditames da autoexposição caracterizada pela obrigatoriedade de uma vida transparente podem comprometer o bem-estar do sujeito (HAN, 2017b). Nesse caso, se no ponto de vista de Foucault (2004) havia uma sociedade disciplinar do panóptico, que vigiava e punia o desvio, na perspectiva de Han (2017b) existe um panóptico invertido, que funciona pela orientação de se expor ao mundo a partir da positividade.

Nesse caso, sugere-se que a EF também assume um lugar privilegiado na escola para debater sobre a positividade na vida cotidiana. A busca por uma utópica vida plenamente saudável e lúdica, por vezes, permeia o imaginário discente e docente no contexto da cultura corporal de movimento. Entende-se que as frustrações, decepções e derrotas nas aulas de EF precisam ser cada vez mais tratadas pedagogicamente.

Assim, emoções, sentimentos e afetividades inerentes à prática do movimento também devem fazer parte do rol de discussões que atravessa o jogar, o brincar, o dançar, o lutar e o exercitar-se. A exaustão sem descanso do “eu feliz” pode ser atenuada com a perspectiva de que o “não” ou a “derrota” em alguma prática corporal também fazem parte da vida cotidiana.

Em síntese, argumenta-se que as obras de Byung-Chul Han podem e devem ser mais exploradas no âmbito acadêmico-profissional da EFE. O aprofundamento da psicopolítica do autor em foco permite pensar a si mesmo, o que, de certo modo, retrata um cuidado de si e do Outro. Em termos gerais, Han (2018b) valoriza o “idiota” que luta pela inércia e pela improdutividade como uma forma de resistência e de diálogo a um mundo cada vez mais neoliberal e artificial, elementos esses potencialmente importantes para pensar o desempenho discente na Educação (Física).

Byung-Chul Han possibilita a ideia de freio ou ócio para diminuir a velocidade ou parar com o atual cenário capitalista que, por vezes, imputa certos consumismos materiais e simbólicos da cultura corporal de movimento. Brecar ou acalmar a apreciação da cultura corporal de movimento significa um olhar mais atento e de contemplação acerca dos aspectos socioculturais e econômicos que envolvem o corpo e as práticas corporais.

Necropolítica de Achille Mbembe (1957-)

Achille Mbembe é um intelectual negro contemporâneo, nascido em Camarões, em 1957. Atualmente, é professor de História e de Ciência Política nas Universidades de Witwatersrand (Joanesburgo,

África do Sul) e de Duke (Estados Unidos). É considerado um autor que se filia ao pós-colonialismo e atua em maior diálogo com a obra de Frantz Fanon⁵. Os temas que escreve versam sobre política e filosofia contemporâneas. As suas publicações mais recentes no Brasil são *Brutalismo* (2021), *Políticas da inimizade* (2020), *Sair da grande noite: ensaio sobre a África descolonizada* (2019), *Necropolítica* (2018) e *Crítica da razão negra* (2018).

A Necropolítica foi proposta por Mbembe (2018b) como desdobramento dos conceitos de biopoder e biopolítica trazidos por Foucault (2010). Ao ponderar que a biopolítica se preocupa com a produção de parâmetros e cálculos para a majoração da vida, em dispositivos orientados para a democracia, Mbembe (2018b) indica que tal ideia não contextualiza as dinâmicas pela perspectiva de quem está no polo oposto, sendo insuficiente para dar conta do estilo de gestão dos seres humanos nas colônias e em outras possibilidades de espaços modernos de racialização. Por isso, propõe-se a discussão sobre o necropoder e a necropolítica.

O olhar necropolítico se volta para a centralidade da morte, em formas de soberania dirigidas à “instrumentalização generalizada da existência humana e a destruição material de corpos humanos e populações” (MBEMBE, 2018b, p. 10-11), em que o político faz do assassinato do inimigo o seu objetivo primário. Estabelecer o poder de matar, de deixar viver ou expor à morte mostra como o assassinado e o assassino estão inscritos na ordem do poder. Para Mbembe (2018b), tais experiências contemporâneas de violência permitem desenvolver uma leitura da política, da soberania e do sujeito em que a verdade pode estar configurada em categorias de análise mais objetivas, como a vida e a morte.

Nos termos supracitados, os governos ocidentais se utilizam da categoria democracia e ocultam sua face noturna, porque, para existirem, criaram o mundo colonial:

⁵ Entendendo que os limites deste texto não comportam uma explicação mais extensa, a obra de Frantz Fanon influenciou a teoria de Achille Mbembe sob a perspectiva da psicanálise em diálogo com a violência, especialmente no que concerne aos modos de escutar àqueles que estão excluídos do estatuto de sujeitos nos espaços racializados. Essa maneira de entender as alteridades indesejadas interpela a neutralidade da soberania, mostrando como esta última opera por meio do racismo. Frantz Fanon também o ajuda no sentido de cura e desejo de uma vida ilimitada, por meio de sua teoria da descolonização (MBEMBE, 2020).

o funcionamento e a sobrevivência das democracias modernas são pagas ao preço da externalização da sua violência originária em lugares outros, os não lugares cujas figuras emblemáticas são a *plantation*, a colônia ou, atualmente, o campo e a prisão. (MBEMBE, 2020, p. 53).

Esses governos são referenciados em práticas coloniais aplicadas pelos países colonizadores e detentores dos modelos democráticos: “um governo despótico fora das próprias fronteiras e um governo representativo responsável dentro do país” (MBEMBE, 2018a, p. 105). Nas colônias, a implementação de tal poder se dá pela suspensão permanente dos direitos que são vigentes no polo democrático, através do Estado de exceção (SCHMITT, 2000, 2008), associado a uma espacialização preferencial (territorialização) para o despejo da violência, nomeada de “ocupação colonial” (MBEMBE, 2018b). Nelas, existe um controle físico e geográfico que cria zonas, fronteiras e enclaves para serem instituídas hierarquias e direitos diferentes, categorias de pessoas distintas, com fins diversos em um mesmo espaço. A tecnologia que vai permitir a desigualdade na distribuição dos direitos e da violência, incluindo a aceitação da morte de alguns eleitos pelo poder, é o racismo (FOUCAULT, 2010; MBEMBE, 2018b). Nas ocupações coloniais, os poderes são organizados para a morte (MBEMBE, 2020). Realizadas as diferenças, necropolítica e necropoder significam:

as várias maneiras pelas quais, em nosso mundo contemporâneo, as armas de fogo são dispostas com o objetivo de provocar a destruição máxima de pessoas e criar “mundos de morte”, formas únicas e novas de existência social, nas quais vastas populações são submetidas a condições de vida que lhes conferem o estatuto de “mortos-vivos”. (MBEMBE, 2018b, p. 71).

Mbembe (2018b) elabora exemplos de ocupações coloniais que podem ser comparados às periferias e favelas pelo Brasil.

Citando o regime do *Apartheid*, implementado na África do Sul, destaca a espacialização, controle de fluxo urbano e pauta-se em *Pele negra, máscaras brancas*, de Frantz Fanon (livro editado no Brasil em 2020 pela Ubu), para descrever a cidade do colonizado, cujo poder de morte atua pela negligência. Assim, mostra o trabalho da soberania pela face do “deixar morrer”, definindo quem é descartável e quem não é. Uma segunda aproximação nos faz olhar para o nosso cotidiano: na Palestina, a Faixa de Gaza é o maior exemplo de Necropoder (MBEMBE, 2018b), porque se concatenam os poderes disciplinar, biopolítico e necropolítico na dinâmica de fragmentação territorial dos espaços de violência, cujos conflitos acontecem no subsolo, na superfície da terra e pelo espaço aéreo, evidenciando o urbanismo estilhaçado, característico do mundo contemporâneo.

Nas favelas fluminenses, por exemplo, as violências afetam as aulas de EF e outras disciplinas. Conforme com a Palestina, do uso do espaço aéreo para atacar o inimigo resulta o emprego de helicópteros do Estado como arma; ao atirarem para baixo em áreas escolares que possuem espaços abertos, como quadras, colocam a vida de dezenas de estudantes em risco durante as aulas de EF (WILLADINO *et al.*, 2021). Carros blindados (“caveirões”) atuam por terra e sua presença nos espaços escolares mostra-se frequente (ALVES; EVANSON, 2013). A aplicação de tais tecnologias pelo Estado brasileiro se assemelha com o que é descrito no ensaio do autor camaronês quando afirma promoverem uma “guerra infraestrutural” (MBEMBE, 2018b).

Os ataques infraestruturais atualizam o genocídio (NASCIMENTO, 2016), porque atingem a juventude negra nas estruturas escolares e da EF. O recorte racial indica as vidas excedentes, que podem ser desperdiçadas (MBEMBE, 2018b). No cerne de sua ideologia, a necropolítica visa matar as possibilidades de futuro de sujeitos racializados (MBEMBE, 2018a), as quais são um papel que a escola representa. Na EFE, o necropoder opera através de mortes e ferimentos por balas perdidas em seus espaços de ensino, ao cancelar as aulas previstas, ao interromper o desenvolvimento de atividades normais da cultura corporal de

movimento, obrigando estudantes e professores a buscarem a proteção de suas vidas em locais mais seguros que os espaços abertos da EFE. Isso resulta na redução da assiduidade dos frequentantes para cerca de 1/3 do total, nos momentos em que, mesmo com confrontos, a escola permanece aberta (efeito fantasma). Ainda desperta o medo, nos estudantes, da vitimação de parentes nos espaços externos da escola, o que os faz chorar e demonstrar ansiedade, impedindo a concentração dos que ainda estão na escola (SANTOS; SILVA, 2020). O necropoder também se coloca, durante aulas de EFE, nos diálogos corporais realizados pelos alunos nas atividades que fazem parte da cultura corporal de movimento, na dramatização do cotidiano das culturas que possuem o porte de arma como símbolo de dominação nas favelas, bem como na construção de armas como brinquedos. Apesar dos autores supramencionados não terem feito referência direta à necropolítica, em vista do que neste manuscrito está sendo discutido, resta evidente em seus textos a centralidade das armas, os quais revelam os aspectos qualitativos do contexto cultural da violência armada nas escolas, de seus muros para dentro (SANTOS; SILVA, 2019), e da possibilidade da vitimação e da morte por balas perdidas no contexto da EFE (SANTOS; SILVA, 2020).

Por isso, ao expor os corpos de estudantes e professores aos riscos de vitimação por armas de fogo nas quadras (SANTOS; SILVA, 2020; WILLADINO *et al.*, 2021), o necropoder localiza a discussão das vidas na EFE nas favelas entre o deixar morrer e/ou expor à morte, transpondo para a EF o significado da necropolítica quando “subjugam a vida ao poder da morte” (MBEMBE, 2018b, p. 71).

Pelos aspectos condicionais aqui descritos, a EFE em si não teria o poder de propor aos estudantes algo, durante as aulas, que pudesse impedir essas violências. Entretanto, existem ações que dialogam com políticas de direitos humanos capazes de contribuir para isso. A maior delas, a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 635, conhecida como a “ADPF das Favelas”⁶,

⁶ A ADPF das Favelas está em andamento no Supremo Tribunal Federal. Nela foi concedida a tutela provisória de restrições das operações policiais sem justificativas durante a pandemia da covid-19, segundo a qual, para haver operações, precisaria estar configurada uma excepcionalidade que pudesse justificá-la. (BRASIL, 2020).

defende a proibição da utilização de helicópteros como plataforma de tiros em áreas escolares, mas tem sido desrespeitada (ARAÚJO, 2020). Em um segundo plano, tratando somente da EF, a possibilidade de reivindicação, perante o Estado, para a proteção específica de seus espaços, mostra-se como um outro horizonte de disputa pelas vidas nas quadras.

Últimas considerações “em reticências”...

Foi possível apreender breves reflexões e proposições para a EFE a partir dos conceitos de bio, psico e necropolítica dos autores em tela. Ainda que seja fundamentalmente necessário considerar as proximidades e distanciamentos teóricos entre Michel Foucault, Byung-Chul Han e Achille Mbembe pelas suas diferentes trajetórias pessoais, acadêmicas ou profissionais durante distintos períodos históricos que viveram/vivem, destaca-se a relevância desses referenciais teóricos para a “quadra de aula”.

O precoce falecimento de Michel Foucault não permitiu a ele o aprofundamento do conceito de biopolítica nos dias atuais. De certo modo, Byung-Chul Han consegue fornecer algumas explicações acerca do controle social na contemporaneidade. Entretanto, pelo fato de Byung-Chul Han dedicar-se fortemente à positividade da vida cotidiana a partir de uma ótica europeia, tal autor parece secundarizar outras interpretações não-colonizadoras, como Achille Mbembe se compromete a fazer em suas reflexões. Conclui-se, portanto, pela relevância desses três pensadores contemporâneos acerca do controle social do corpo para a EFE, já que oferecem distintos entendimentos ou pontos de vista sobre o poder.

Ressalta-se que o presente ensaio não objetivou esgotar todos os conceitos delineados por Michel Foucault, Byung-Chul Han e Achille Mbembe, haja vista a dimensão e a capilarização das suas obras no cenário acadêmico das Ciências Humanas e Sociais. Por isso, recomenda-se o desenvolvimento de mais trabalhos teóricos e teórico-empíricos na área de EF que incorporem tais referenciais

ao analisarem as políticas que, de algum modo, regem os sujeitos dentro e fora das instituições escolares.

Assim, mais do que concluir acerca da importância de se pensar a tentativa de controle dos corpos na disciplina EF, este ensaio assumiu o desafio de apontar direções, ou melhor, de pulverizar possibilidades teóricas e práticas de (re)inventar formas de atuar pedagogicamente com a cultura corporal de movimento na contemporaneidade. Ademais, o presente texto sugere a necessidade de a EF construir narrativas políticas de engajamento na disputa pela vida em situações de exposição à violência.

Referências

ALVES, M. H. M.; EVANSON, P. **Vivendo no fogo cruzado**: moradores de favela, traficantes de droga e violência policial no Rio de Janeiro. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

ARAÚJO, V. Novo secretário de Polícia Civil quer tanques em favelas e 'rolo compressor' no caso Marielle. **O Globo**, 27 set. 2020. Rio. Exclusivo para assinantes. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/novo-secretario-de-policia-civil-quer-tanques-em-favelas-rolo-compressor-no-caso-marielle-24663149>. Acesso em: 13 mar. 2021.

BARBOSA, P. P.; OLIVEIRA, N. R. O corpo na obra de Michel Foucault e sua presença no campo da Educação Física. **Pensar a Prática**, Goiânia, v. 19, n. 4, p. 978-990, 2016.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Tutela Provisória Incidental na Medida Cautelar na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 635 Rio de Janeiro. Requerente: Partido Socialista Brasileiro. Interpelado: Estado do Rio de Janeiro. Relator: Min. Edson Facchin, 5 de junho de 2020. **Supremo Tribunal Federal**, [Brasília, DF], 2020. Documento assinado digitalmente. Disponível em: <https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/>

ADPF635DECISaO5DEJUNHODE20202.pdf. Acesso em: 27 dez. 2020.

CANDIDO, L. F. M. Três sentidos de “biopolítica”. *In*: MATOS, A. S. M. C.; FREITAS, M. F. (org.). **Biopolítica e o comum**: estudos práticos e teóricos de política contemporânea. Belo Horizonte: Initia Via, 2019. p. 254-275.

DAOLIO, J. Corpos e culturas: a atualidade do pensamento de Marcel Mauss. *In*: SILVA, M. C. P.; ATHAYDE, P.; LARA, L. (org.). **Corpo e cultura**. Natal: EDUFRN, 2020. p. 117-127.

DAOLIO, J. **Educação Física brasileira**: autores e atores da década de 1980. Campinas, SP: Papyrus, 1998.

DAOLIO, J. **Educação Física e o conceito de cultura**. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

DURKHEIM, E. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Martin Claret, 2011.

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade**: A vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 2011. v. 1.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 2004.

HAN, B.-C. **Agonia do Eros**. Petrópolis: Vozes, 2017a.

HAN, B.-C. **No exame**: perspectivas do digital. Petrópolis: Vozes, 2018a.

HAN, B.-C. **O que é poder?** Petrópolis: Vozes, 2019.

HAN, B.-C. **Psicopolítica**: o neoliberalismo e as novas técnicas de poder. Belo Horizonte: Âyiné, 2018b.

HAN, B.-C. **Sociedade da transparência**. Petrópolis: Vozes, 2017b.

HAN, B.-C. **Sociedade do cansaço**. Petrópolis: Vozes, 2017c.

HEIDEGGER, M. **Ser e tempo**. 14. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2005.

IORA, J. A.; SOUZA, M. S. Propostas pedagógicas crítico-superadora e crítico-emancipatória: formação em EF através dos projetos de extensão. **Pensar a Prática**, Goiânia, v. 18, n. 1, p. 40-51, 2015.

KUNZ, E. **Transformação didático-pedagógica do esporte**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2004.

LOPES, A. C.; MACEDO, E. **Teorias do currículo**. São Paulo: Cortez, 2011.

MACEDO, R. S. **Currículo**: campo, conceito e pesquisa. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2017.

MAUSS, M. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosac & Naif, 2015.

MBEMBE, A. **Crítica da razão negra**. São Paulo: N-1 edições, 2018a.

MBEMBE, A. **Necropolítica**. São Paulo: N-1 edições, 2018b.

MBEMBE, A. **Políticas da inimizade**. São Paulo: N-1 edições, 2020.

NASCIMENTO, A. **O genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2016.

NEIRA, M. G. Teorias pós-críticas da educação: subsídios para o debate curricular da Educação Física. **Dialogia**, São Paulo, n. 14, p. 195-206, 2011.

NEIRA, M. G. **Educação Física cultural**: inspiração e prática pedagógica. 2. ed. Jundiaí: Paco Editorial, 2019.

NEIRA, M. G. Apresentação. *In*: NEIRA, M. G. (org.). **Escrevivências da Educação Física cultural**. São Paulo: FEUSP, 2020. p. 6-8.

ORTEGA, F.; ZORZANELLI, R. **Corpo em evidência**: a ciência e a redefinição do humano. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

ROTHER, E. T. Revisão sistemática X revisão narrativa. **Acta Paulista de Enfermagem**, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 5-6, 2007.

SANTIN, S. O espaço do corpo nas pedagogias escolares. *In*: SOARES, G. F.; SILVA, M. R. S.; RIBEIRO, P. R. C. (org.). **Corpo, gênero e sexualidade**: problematizando práticas educativas e culturais. Rio Grande: Ed. da UFRG, 2006. p. 39-53.

SANTOS, L. C.; SILVA, C. A. F. Consequências da violência armada carioca para as aulas de Educação Física. **Movimento**, Porto Alegre, v. 26, e26036, 2020.

SANTOS, L. C.; SILVA, C. A. F. O se-movimentar de alunos na aula de Educação Física em uma favela conflagrada pelo tráfico. **Movimento**, Porto Alegre, v. 25, e25045, 2019.

SCHMITT, C. **La dictature**. Paris, France: Seuil, 2000.

SCHMITT, C. **O conceito do político**. Teoria do Partisan. Belo Horizonte: Del Rey, 2008.

SILVA, M. M. Escola e educação física: maquinaria disciplinar, biopolítica e generificante. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Porto Alegre, v. 34, n. 2, p. 343-357, 2012.

SOARES, C. L. *et al.* **Metodologia do ensino de Educação Física**. São Paulo: Cortez, 2012.

STRATHERN, P. **Foucault em 90 minutos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

VEIGA-NETO, A. **Foucault e a Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

VOSGERAU, D. S. R.; ROMANOWSKI, J. P. Estudos de revisão: implicações conceituais e metodológicas. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 14, n. 41, p. 165-189, 2014.

WILLADINO, R. *et al.* **Perspectivas para a prevenção das violências contra crianças, adolescentes e jovens da Maré na pandemia**. 1. ed. Rio de Janeiro: Observatório de Favelas, 2021.

Publisher

Universidade Federal de Goiás. Faculdade de Educação Física e Dança. Publicação no Portal de Periódicos UFG. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.